

Secretaria da Saúde



ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE – SANTA CATARINA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e nove, às dezenove horas, no Auditório da Ipreville, realizou-se a centésima septuagésima sétima Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheiro Jeovane Nascimento do Rosário, Presidente do CMS, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes: Secretário Municipal de Saúde, Dr. Tarcísio Crócomo, conselheiros municipais e locais, convidados e observadores. Passou à leitura e aprovação da Pauta:1-**EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião. **1.2** Discussão e aprovação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 15.09.08. Ata aprovada pela 10 maioria dos conselheiros presentes. 2-ORDEM DO DIA: 2.1 Apresentação do Plano Plurianual 2010-2013. **2.2** Criação de uma comissão para organização da 8ª Conferência Municipal de Saúde de Joinville. 2.3 Apresentação da Prestação de Contas do 4º Trimestre de 2008 do CEREST. 3-ASSUNTOS DIVERSOS. 4-INFORMES GERAIS. Foi solicitado a inclusão da Apresentação do Plano de Ação 2009 do CEREST. Pauta 15 aprovada, considerando a inclusão solicitada. Pedidos de inclusão de Pauta: conselheira Martha Abreu Artilheiro solicitou à Comissão de Capacitação, esclarecimentos referente os cursos que acontecerão no do decorrer ano. Visto que não havia membros da Comissão de Capacitação presentes, foi feito solicitação formal para ser contemplada em reunião futura. Senhora Ester Pereira Soares apresentou reclamações referente a 20 problemas no atendimento do Posto de Saúde do Comasa. O Presidente sugeriu o encaminhamento ao Conselho Local de Saúde do Comasa. A sugestão foi aceita. 2.1 Doutora Selma Cristina Franco, do setor de Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, foi chamada para apresentar o Plano Plurianual dois mil e dez-dois mil e treze. Dra Selma cumprimentou a todos, e lembrou que o PPA sempre é elaborado ao se iniciar 25 um novo governo, sendo que o presente passa a vigorar a partir do ano que vem, tendo a duração de quatro anos. Pontuou que a equipe vêm se reunindo desde vinte e um de janeiro para a elaboração do Plano, sempre com a representação do Conselho Municipal de Saúde. Considerou que o PPA ainda não está finalizado, mas o prazo de entrega à Seplan é até a metade do mês de março, de onde será encaminhado à Câmara de 30 Vereadores até o dia trinta de março. Sendo assim, há ainda um período de um mês para discussão, sugeriu uma Assembleia Extraordinária para o dia dezesseis de março, onde poderá ser apresentado o PPA final. Passou então a palavra ao Doutor Guilherme Reis Lima, que apresentou o Plano Plurianual, conforme anexo I desta ata. Manifestações: Senhora Rosinete Fátima Ferreira Neto considerou que faltam certos detalhamentos, 35 como por exemplo, o que será contemplado com investimentos, e o que receberá apenas custeio. Questionou também porquê o Centro de Controle de Zoonose aparece desmembrado. Dr Guilherme esclareceu que a questão do desmembramento foi devido a proposta de um Projeto de Custeio, vindo do próprio Conselho, e a informação que se 40 tem, é que o Centro de Zoonose recebeu o orçamento mais enxuto dentro de sua história. Quanto ao detalhamento de investimentos, justificou que a preocupação primária é garantir o funcionamento e o atendimento, pois o investimento só poderá ser feito de maneira que não prejudique o andamento do restante. Por isso será necessário verificar a economia no momento, analisando se o investimento é possível. Além disso, algumas 45 ações de saúde, serão mais detalhadas no Plano Municipal de Saúde. Dona Ester demonstrou-se preocupada com nova legislação que dá prioridade a gastos com Saneamento Básico, em detrimento a gastos com hospitais. Mencionou que o Hospital Municipal São José, por exemplo, depende dos recursos da Secretaria. Dr Tarcísio Crocomo, Secretário Municipal de Saúde, esclareceu que o referido Hospital é uma autarquia, e como tal tem um PPA próprio, sendo sua dependência da Secretaria 50



100

Secretaria da Saúde



Municipal de Saúde, apenas com relação a convênios. Dr Guilherme acrescentou que recebe-se recursos específicos para Saneamento Básico, portanto não há motivos para preocupações. Conselheiro Anselmo Silvério questionou se as faculdades de Medicina. que tem boa parte de seu curso e estágios ministrados no HMSJ, fazem alguma coisa em 55 retribuição ao Hospital. Foi esclarecido que há uma verba específica para isso. Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole expressou-se dizendo que o controle social deveria ter acesso ao PPA do Hospital Municipal São José, no entanto, ele nunca foi apresentado ao Conselho. Sugeriu que se chame o referido Hospital, para apresentar seu PPA ao Pleno, pois o mesmo faz parte do conjunto da "saúde". Questionou também se há previsão para o cumprimento da Lei da acessibilidade. Senhora Marlene Bornow 60 Oliveira disse que há previsão para as devidas adequações, incluindo a previsão de elevadores em Unidades de dois andares. Conselheiro Douglas Calheiros Machado, sugere uma Assembleia Extraordinária para o dia dezesseis de março, onde o Hospital Municipal São José poderá apresentar o PPA. Sugestão aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. 2.2 Sr. Edenelson Pereira, da equipe do Cerest, apresentou o 65 Plano de Ação para o ano de 2009, cumprimentou a todos, e aproveitou a ocasião para anunciar que a coordenação do Cerest, estaria agora aos cuidados de Célia Diefenbach. Explicou que o prazo estava no limite, pois o Plano foi analisado pela Comissão de Assuntos Internos, e precisou de alguns ajustes, o que acabou causando um certo atraso. Pontuou que a meta para o ano é a Promoção em Desenvolvimento Humano através de 70 cursos, e todas as ações em Saúde do Trabalhador, abrangendo funcionários do Cerest, mais quinze municípios inclusos na macrorregião, e o controle social. Essa promoção será feita através de Seminários; da Capacitação da equipe em cursos de especialização, cada um segundo a sua área; promoção do curso em Vigilância de Saúde do Trabalhador (VISAT); e entre junho e setembro, cursos para atividades da macrorregião, sendo um 75 para a Comissão Municipal de Saúde do Trabalhador, e outros dois para a Vigilância em Saúde do Trabalhador. Para alcançar essa meta, há gastos previstos de R\$30.000,00 (trinta mil Reais), R\$ 60.000,00 (sessenta mil Reais), R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil Reais) e R\$ 80.000,00 (oitenta mil Reais), respectivamente. Faz também parte do Plano a segunda semana de conscientização de LER-DOR, que acontecerá em Joinville, através 80 de um Seminário, com gasto previsto de R\$ 15.000,00 (quinze mil Reais); o terceiro Encontro da Construção Civil, o que é muito importante, pois apenas nos primeiros vinte dias de janeiro, foram registradas três mortes de trabalhadores na construção civil em Joinville, com gastos previstos de R\$ 15.000,00 (guinze mil Reais); a Capacitação em Ação Básica em Saúde do Trabalhador, com objetivo de capacitar as Unidades Básicas, 85 previsto o gasto em R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais); o Seminário de Prevenção de Perda Auditiva, para mais ou menos cento e cinquenta pessoas, com previsão de gasto de R\$ 15.000,00 (quinze mil Reais); e a manifestação sobre o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho, que acontecerá simultaneamente em todas as cidades 90 do Estado, através de todos os Cerestes, com a previsão de gasto de R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais). Serão também implantados três Núcleos de Proteção de Máquinas, com gasto previsto de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil Reais). O Plano inclui também a organização da Rede do SUS, em Básica, Média e Alta complexidade, no âmbito municipal e regional, com valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais); a identificação e a capacitação do 95 profissional da Rede Básica, até mesmo da Rede Privada, onde entram alguns hospitais, chamados de Unidade Sentinela, com gasto previsto em R\$ 10.000,00 (dez mil Reais); o Protocolo do Ministério, citando onze agravos de saúde do trabalhador, que serão trabalhados neste ano, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais); implantação de programa de pesquisas: para criar um desenvolvimento, até mesmo dos agravos protocolados pelo Ministério; implantação de um programa de pesquisa referente a uma



105

110

115

120

125

130

135

140

145

Secretaria da Saúde



lista de doenças relacionadas ao trabalho; palestras nas empresas, escolas e comunidade, visando a conscientização e prevenção da saúde, totalizando valor de R\$ 10.000,00 (dez mil Reais). Além disso terá ainda a ampliação de assistência aos portadores de doenças e acidentes relacionadas ao trabalho da macrorregião de Joinville, ampliando a área física do Cerest, com a construção de pavimento superior, no valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil Reais); mais uma Emenda Parlamentar no valor de R\$ 144.000,00 (cento e guarenta e guatro mil Reais); aguisição de equipamentos, mobiliários, contratação de profissionais, e profissionais especialistas, aquisição de outra autoavaliação para melhor diagnóstico, principalmente na parte de articulação. No desenvolvimento e contribuição à Vigilância em Saúde do Trabalhador, tem a Vigilância dos ambientes com maior incidente de acidentes de trabalho, lembrando que em dois mil e oito, notificaram-se mais de cinco mil acidentes de trabalho; Inspeção Prévia, nas empresas que estão se instalando em Joinville; acompanhamento de processos em andamento na Vigilância; acompanhamento e monitoramento dos trabalhadores portadores de pneumocoliose; convocação de trabalhadores para avaliações clínicas por amostragem; investigação de óbitos e de acidentes relacionados ao trabalho; aprofundamento da participação popular na saúde do trabalhador na macrorregião; colaboração na organização da Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador; realização de oficinas regionais, e para essas ações, tem-se o valor de R\$ 48.000.00 (quarenta e oito mil Reais). Somando-se os valores tem-se um gasto total de R\$ 684.920,00 (seiscentos e oitenta e quatro mil novecentos e vinte Reais). Considerou que recebem incentivo anual de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil Reais), e há um saldo positivo de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil Reais) do ano anterior. Manifestações: conselheiro Douglas questionou os altos valores previstos, dizendo que é muito dinheiro para se gastar nesses eventos. Edenelson justificou que os valores são altos porque se tratam de toda a macrorregião, incluindo hospedagem, alimentação e tranporte dos palestrantes que vêm de outras localidades, e dos próprios funcionários que se deslocam, além de toda parte de logística, ambiente etc. Acrescentou que houve algumas ações que o jurídico rejeitou, por isso algumas ações foram retiradas, mas o orçamento não foi alterado, e a diferença é de guase R\$ 100.000,00 (cem mil Reais). O Presidente esclareceu que o Plano está ainda sendo analisado pela CAI, e visto que a equipe necessita da aprovação para encaminhar ao Ministério até o dia vinte de fevereiro, propôs que seja votado aprovação ad referendum, pois ficaria condicionado ao Parecer a ser emitido pela Comissão. Proposta aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. Devido ao adiantado da hora, o Presidente do CMS, Jeovane Nascimento do Rosário, deu por encerrada a centésima septuagésima sétima Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte e uma horas, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os (as) conselheiros (as): Hamilton Augusto do Nascimento, Douglas Calheiros Machado, Tércio Egon Paulo Karsten, Nelson Renato Esteves, Jeovane Nascimento do Rosário, Martha Abreu Artilheiro, Mário Bruckheimer, Mauren Ivonete Bruckheimer, Tânia Izabel do Rosário Irala, Sandra Mara Scherpinski, Sonia João Antunes, Elenice de Fátima Correa Krüger, Valdir Vieira Rebello, Osni Leopoldo Batista, Cléia Aparecida Clemente Giosole, Edilson Meurer Boing, Belino Berchenbrock, Leonardo Rosalvo Jucinsky, Anselmo Silvério, Valmor João Machado, Revelino João Fleith, nove representantes de Conselhos Locais de Saúde, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, da Associação de Moradores, da Fundação Pró-Rim, da Unidade Sanitária e da Regional do Floresta.